



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

UNIDADE: Ouvidoria Geral do Estado

SECRETARIA: Secretaria de Governo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 277/2016

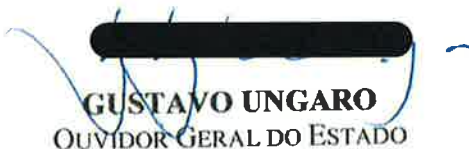
1. Tratam os presentes autos de pedido à Ouvidoria Geral do Estado - OGE, número SIC em epígrafe, sobre denúncias relativas à Lei de Acesso à Informação recebidas entre os anos de 2012 e 2016.
2. O Serviço de Informações ao Cidadão da OGE prestou esclarecimentos e forneceu dados desde a data de sua criação, indicando não possuir dados anteriores à edição do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015. O posicionamento foi reiterado em sede de recurso hierárquico. Inconformada, a interessada interpôs recurso previsto no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
3. Em sua manifestação, a recorrente reitera os argumentos apresentados, segundo os quais “é de extrema importância para as atividades do órgão que o mesmo possua um registro das informações relacionadas às denúncias”.
4. Conforme assinalou a resposta oferecida, a transferência da competência fiscalizatória da Corregedoria Geral da Administração para a Ouvidoria Geral do Estado, conforme prevê o artigo 79 do Decreto nº 58.052/2012, alterado pelo Decreto nº 61.175/2015, não incluiu a transferência do acervo documental acumulado pela Corregedoria Geral ao longo dos anos em que desempenhou essa função, tendo sido encaminhados à Ouvidoria Geral apenas os expedientes que se encontravam em curso no momento de sua criação, em relação aos quais as informações já foram adequadamente prestadas na resposta inicial.
5. No entanto, tendo em vista o considerável interesse nas informações solicitadas para as finalidades institucionais deste órgão, verifico estarem presentes, no caso concreto em apreço, circunstâncias capazes de justificar a realização extraordinária de diligência, consistente em buscar obter, por meio de solicitação à Corregedoria Geral da Administração, as informações complementares solicitadas, a serem juntadas em expediente próprio da OGE e, imediatamente em seguida, repassando-as à recorrente.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Ante o exposto, à luz do interesse desta Ouvidoria Geral na obtenção das informações requeridas anteriores à data de criação desta OGE, e presentes as condições para a apreciação revisional suscitada, **conheço do recurso e dou-lhe provimento**, com fulcro no artigo 20, inciso IV, do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do §2º do artigo 20 do aludido Decreto, adotar as medidas pertinentes com vistas a obter os dados solicitados junto ao órgão competente.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 7 de outubro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO